

MOVIMENTO ZAPATISTA: UMA REVOLUÇÃO EM TEMPOS MODERNOS

NOGUEIRA, Alexandre Silva, RU 2262355
(Bacharelado em História no Centro
Universitário Internacional UNINTER)

BONFIM, Lucilia Maria Goulart De
Andrade (Orientadora convidada)

RESUMO

Este artigo pretende fazer um apanhado histórico sobre o processo revolucionário do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, acontecido no México no final do século XX. Vindos da selva nas montanhas, os rebeldes começaram a ocupar territórios na região de Chiapas, chamando a atenção, não só da sociedade civil mexicana, como também da opinião pública internacional. Desde a sua aparição pública em 1994, esse grupo armado (bastante incomum dentro do cenário das lutas populares), iniciou um ciclo de profundas transformações nessa região, de população de origem predominantemente indígena e historicamente marginalizada. Através da utilização de pesquisa bibliográfica e documental, com base principalmente nas obras dos autores e sociólogos Yvon Le Bot e Cassio Brancaloneo, o estudo tem a intenção de mostrar a importância da experiência revolucionária num projeto de autonomia, abrangendo a autogestão dos territórios, com a implementação de um modelo de “educação libertadora” e de estratégias de atuação na área da saúde, em busca da autodeterminação dos povos indígenas. Frente às condições precárias em que viviam aquelas comunidades, num total descaso das autoridades governamentais, a proposta autônoma zapatista conseguiu obter alguns resultados consistentes e satisfatórios, e certamente poderá servir de inspiração para outros movimentos de libertação contemporâneos.

Palavras-chave: Autonomia. Chiapas. Educação. Indígena. Zapatista.

1. INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é fazer uma reflexão do levante zapatista ocorrido no primeiro dia do ano de 1994, verificando: a origem do movimento na selva, suas particularidades na forma de atuação, bem como as transformações implementadas na região de Chiapas, através de um processo revolucionário. Desde a sua aparição para o mundo, o zapatismo tem despertado alguns interesses, críticas e elogios.

O Zapatismo traz-nos mais interrogações que respostas. Nelas se encontra o seu limite, e também o seu interesse e a sua originalidade. Com uma força e uma imaginação superiores às de qualquer outro movimento similar da

América Latina e do resto do mundo, obriga-nos a refletir sobre uma questão que se tornou fundamental nas nossas sociedades: como é possível combinar democracia e identidade? (LE BOT, 1997, p.8)

A maneira peculiar de atuação como movimento revolucionário e a condução firme da administração de seu governo paralelo dentro dos territórios rebeldes, fizeram com que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) fosse apontado pela intelectualidade de esquerda como uma guerrilha pós-moderna emergente.

A acentuada desigualdade social e a falta de moradia, de terra, de saúde, de educação e de trabalho na região de Chiapas, foram os principais elementos que acabaram por desencadear o levante revolucionário. A partir desse processo histórico, algumas transformações começaram a ser implementadas, principalmente nas áreas da educação e da saúde, culminando em um processo de autonomia e autodeterminação das comunidades indígenas. Passados mais de vinte anos, a importância e a contribuição deixadas para as gerações seguintes por esse movimento, podem servir de inspiração a outros povos que lutam por igualdade e justiça social, também são pontos que a pesquisa pretende tratar.

Chiapas é um estado de 28 mil metros quadrados – quase o tamanho da Bélgica – localizado na parte sul do México. Região formada basicamente por indígenas e camponeses, predominantemente agrária e muito pobre. “Ao organizar a resistência armada, o movimento zapatista rebelde expôs, simultaneamente, a insolubilidade da questão agrária na sociedade capitalista e a intensificação do problema em consequência das políticas econômicas neoliberais” (FERNANDES, 2015).

A revolta zapatista dá início à luta por justiça social, democracia e liberdade, cujos elementos pertencentes à gênese dessa revolta social continuam presentes na vida de muitos povos espalhados pelo mundo. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão e reflexão sobre o movimento revolucionário e conseqüentemente sobre as transformações geradas, através de análises fundamentadas nos textos, artigos e livros de vários autores.

As revoluções e os movimentos de rebeldia sempre despertaram interesse e questionamentos, e em quase todas houve tentativas de mudanças radicais na sociedade. No início dos anos 1990, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, com o lema “mudar o mundo sem tomar o poder”, criou uma nova estratégia chamando a atenção para algo diferente que começava a acontecer no México.

O mundo evoluiu bastante, entretanto, algumas mazelas como a miséria e a desigualdade social persistem, e desse modo, parece pertinente e necessária a reflexão acerca dessa experiência revolucionária como uma das formas de luta dos povos na busca de justiça e igualdade social.

2. REVOLUÇÃO, AUTONOMIA E DEMOCRACIA

2.1 Mudar o mundo sem tomar o poder

Fundado em novembro de 1983, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) surge a partir do encontro entre guerrilheiros oriundos da classe média urbana – treinados por militantes das Forças de Libertação Nacional (FLN)¹ – e de descendentes dos povos maias de diferentes etnias indígenas com longa experiência em organizações políticas de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, em Chiapas. Alguns desses indígenas conheciam a realidade nacional, a conjuntura política e o lado repressivo do Estado mexicano. Muitos deles haviam sido presos e até torturados, e apesar disso, ainda tinham em comum a perspectiva de formar uma guerrilha e partir para a luta armada no combate dessas mazelas e contra um sistema capitalista representado pelas classes dominantes e pela burguesia. Em entrevista a Yvon Le Bot (1997), o subcomandante Marcos relata:

Uma dúzia, apenas, uma espécie de elite que nada tem a ver com a lógica do índio isolado, culturalmente marginalizado, inibido, *chingado*². Pessoas com cultura política e uma consciência nacional surpreendentes; enfim, surpreendentes para quem não conheça esse universo. Assim, por uma razão qualquer, o grupo militar entra em contacto com essa elite índia, essa elite política e as suas opiniões coincidem no que respeita à necessidade da luta armada e de se começar a construir um exército. Já não se trata de um grupo guerrilheiro, mas de um exército regular. (LE BOT, 1997, p.85)

Em suma, como muitos movimentos revolucionários da América Latina, o zapatista nasce do encontro dessas mentes progressistas na busca de uma revolução capaz de transformar a sociedade. Marcos era um dirigente zapatista, um revolucionário com

¹ Força de Libertação Nacional (FLN): grupo armado de origem marxista-leninista criado no México nos anos 60.

² *Chingado*: «passivo», «humilhado», «violado».

ideais guevarianos e de inteligência acima da média. Rapidamente se tornou o principal nome dentro do movimento zapatista. Leitor exímio, possuía o dom de contagiar pela palavra. “É certo que os escritos de Marcos fogem de uma observação neutra e desinteressada e se aproximam do modelo do escritor engajado que se vale da palavra como forma de ação para desvendar e transformar” (HILSENBECK FILHO, 2007, p. 91).

Ao mesmo tempo que Marcos dominava táticas de guerrilha e sobrevivência, tinha uma enorme paixão pela literatura. Através de seu vocabulário refinado, com toques de poesia e romantismo, conseguia cativar cada vez mais simpatizantes para a causa zapatista. “Marcos, mais do que o chefe militar é o intérprete, o porta-voz dos índios revoltados, o inventor de um discurso poético-militar inabalável perante as estratégias do domínio, intocável pelos aparelhos do poder” (LE BOT, 1997, p.15). Ele soube absorver e compreender na raiz os anseios dos povos indígenas e dos excluídos da sociedade mexicana acabando por se tornar a própria imagem da revolução. Nos dois primeiros anos o Exército Zapatista era um núcleo de mais ou menos doze guerrilheiros, a maioria indígena, isolados nas montanhas no interior da selva Lacandona. Com o objetivo de conseguir maior adesão ao movimento começaram a percorrer os povoados e espalhar a proposta zapatista na intenção de atrair simpatizantes e engajar as pessoas na causa revolucionária. Grande parte do financiamento para a compra de armas e mantimentos do EZLN vinha de ajuda e trabalhos coletivos da população.

O México vivia sob o regime do PRI³ de mais de cinquenta anos no poder. De práticas populistas e com o reconhecimento de sindicatos e confederações, vinha conseguindo certo apoio nacional ao mesmo tempo que mantinha sua política autoritária, oligárquica e repressiva. As manifestações e protestos das classes mais pobres, frequentes desde a década de 80, tiveram um duro golpe com a alteração constitucional de 1992, que passa a permitir a venda de *ejidos*⁴ e com isso, impossibilitando os camponeses de sustentarem-se economicamente a partir do cultivo da terra. O capital estrangeiro estava de olho nessas terras e já algum tempo fazia pressão no governo mexicano para liberar sua comercialização. Essa medida aprofundou o êxodo rural e permitiu o avanço desse capital sobre essas terras,

³ Partido Revolucionário Institucional – governou o México de 1928-2000 e 2012-2018.

⁴ Terreno concedido por el gobierno a um grupo de camponeses para su exploración (Méx. AGRICULTURA).

atingindo diretamente camponeses e indígenas, acentuando a exclusão no campo e aumentando a injustiça social.

A crise política e o desgaste do governo devido à violência usada pelas forças armadas frente ao avanço dos movimentos sociais somados à condição de marginalidade da população indígena, acarretaram uma grande adesão ao exército zapatista. “Os zapatistas foram beber à fonte de outros dois imaginários: o índio e o mexicano” (LE BOT, 1997, p. 49). Com isso foram demonstrando toda preocupação que tinham, não só pelos indígenas, mas também pelos mais pobres.

No dia 1º de janeiro de 1994, saindo da selva de Lacandona nas montanhas, milhares de mestiços índios das etnias tzotzil, tzeltal, tojolabal, chol, mame e zoque, herdeiros da cultura maia, aproveitam os festejos do ano-novo e passam a ocupar os arredores de várias cidades na localidade do estado de Chiapas, região pobre de fronteira com a Guatemala. A ação relâmpago e espetacular dos guerrilheiros implicou na tomada dos municípios de Huixtán, Oxchuc, Ocosingo, Altamarino, Las Margaritas, Chanal e San Cristobal de las Casas, pegando todos de surpresa (sociedade, governo e inclusive os turistas presentes na região). Há relatos que os turistas foram muito bem tratados e gentilmente convidados pelos rebeldes a deixarem a região, recebendo a explicação que estava havendo ali um levante revolucionário e não seria prudente que permanecessem no local. No dia seguinte, vários jornais estampavam as fotos dos guerrilheiros zapatistas com máscaras de lã e lenços a cobrirem seus rostos. Os meios de comunicação divulgavam trechos do primeiro documento da revolta zapatista, a *Declaración de la selva Lacandona*⁵, cujo texto foi publicado na íntegra pelo diário mexicano *La Jornada*, no dia 2 de janeiro.

Quando apareceu na cena política mexicana em 1994, o EZLN lançou um chamado ao povo mexicano convocando-o a apoiar sua luta. A Declaração da Selva Lacandona (que seria a primeira das seis já escritas) falava da resistência secular contra a colonização espanhola, reivindicava a herança revolucionária de Emiliano Zapata e Pancho Villa e da luta contra a ditadura de Porfírio Dias no início do século, até chegar aos anos 90, associando sua condição de miséria extrema à classe política dominante no México. Consideravam que a via armada era a única saída possível contra uma “camarilla de traidores” da revolução mexicana, donos do poder a mais de 70 anos, em clara alusão ao PRI. E propunham a renúncia do presidente em exercício Carlos Salinas, além da formação de um governo de transição democrática (SPINELLI, 2016, p. 3).

⁵ Primeira Declaração da Selva de Lacandona – Manifesto contra o governo mexicano reivindicando terra, saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho, democracia, independência, justiça e paz.

Num primeiro momento após a ocupação de algumas localidades, os guerrilheiros acabam recuando para a mata em virtude do avanço dos militares. A resposta veio dura e violenta do lado do governo com aviões de artilharia da Força Aérea Mexicana bombardeando, principalmente *Ocosingo*⁶ – numa das batalhas mais sangrentas – resultando na morte de mais de cem zapatistas, incluindo a do subcomandante insurgente Pedro – chefe do estado maior do EZLN e um de seus fundadores –, de acordo com informações do governo. Conforme o subcomandante Marcos conta a Le Bot:

Uma parte desta coluna regressa para tentar ajudar os que tinham ficado em Ocosingo. Então, há quem consiga romper o cerco e informaram-nos que o batalhão continua a resistir, que não tinha sido destruído. Graças a uma acção heroica, conseguem escapar de Ocosingo e as nossas perdas, afinal, não ultrapassam os 40 ou 50 combatentes. O exército matou uma quantidade de civis, os nossos vestiam uniforme, mas os soldados atiravam sobre tudo o que se mexia (LE BOT, 1997, p. 128).

Mesmo divulgando informações distorcidas e de acordo com seus interesses, decorrido um mês da ofensiva do governo, a Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos denunciou os ataques aéreos "indiscriminados", as execuções extrajudiciais, as detenções arbitrárias, a tortura e os desaparecimentos. No 4º dia de combate, o exército já tinha o controle de todas as áreas ocupadas pelos insurgentes, freando o avanço dos rebeldes e resultando no fracasso da marcha à Cidade do México, onde esperavam juntar cem mil pessoas – conforme descrito na primeira Declaração da selva de Lacandona. Depois de doze dias de combate, o presidente Carlos Salinas de Gortari ofereceu um acordo de cessar-fogo e, negando que se tratava de um levante indígena, prometeu perdão a quem entregasse as armas. Marcos, que carregava consigo o projeto de exército do revolucionário Emiliano Zapata e da famosa *División del Norte*⁷ de Pancho Villa, sofreu um revés significativo com o acordo. Consoante Brancaleone,

O EZLN decidiu pelo cessar fogo em virtude da manifestação massiva da sociedade nacional e internacional contra a luta armada e os desdobramentos de uma guerra civil. Por outro lado, a sociedade mexicana também se expressava massivamente a favor da causa zapatista, pelo direito às condições dignas de vida, e à autodeterminação dos povos indígenas. Os zapatistas souberam com isso fazer da "sociedade civil" nacional e

⁶ Município do estado de Chiapas.

⁷ División del Norte: Grupo de combatentes reunidos por Pancho Villa que lutou na Revolução Mexicana em 1914.

internacional seus maiores aliados. (BRANCALEONE, 2019, p. 313).

O voo zapatista havia sido interrompido. Às vezes um passo atrás pode significar um avanço mais adiante, pois anos mais tarde (em 1996), a marcha aconteceu reunindo milhares de zapatistas e simpatizantes na Cidade do México. Com a mudança na presidência devido a eleição do candidato do governo Ernesto Zedillo do PRI, as coisas mudam de tom. Mesmo mostrando disposição para o diálogo com o EZLN, Zedillo ordena uma ofensiva militar a Aguascalientes de Guadalupe Tepeyac para tentar prender todos os comandantes zapatistas, principalmente Marcos. Além de não atingir seu principal objetivo, a medida teve grande reprovação da opinião pública e a pressão fez com que o poder legislativo aprovasse a Lei para o Diálogo, Conciliação e a Paz digna em Chiapas. Como evidenciou Spinelli,

Graças à aprovação da Lei para o Diálogo, o EZLN abriu negociação com a COCOPA⁸, a nova instância de intermediação criada pelo Congresso. Aproveitando o espaço de negociação para mobilização do movimento indígena mexicano, em nível nacional, organizações indígenas e camponesas de todo o país foram chamadas pelo EZLN para participarem das mesas de negociação na cidade de San Andrés (SPINELLI, 2008, p. 5).

No ano de 1996 foram firmados acordos entre rebeldes e Governo Federal sobre o reconhecimento dos povos indígenas, sua cultura e seus direitos. Apesar de todos os esforços, não foram incluídos na Constituição como esperavam os zapatistas.

2.2 Democracia e autonomia

De acordo com vários analistas e sociólogos, o assunto da autonomia não fazia parte dos primeiros documentos redigidos pelos zapatistas, mas foi ganhando força conforme o processo foi se desenvolvendo.

Após a tomada de algumas cidades pelos rebeldes, o EZLN passa a se dedicar à construção de novos espaços chamados de Aguascalientes, para facilitar o encontro político e cultural com os setores da sociedade civil. Com estes espaços, os zapatistas começam a dar início a um processo de independência dos poderes oficiais, criando formas de organização e de autogestão. Foram criados cinco espaços: Aguascalientes I (La Realidad), Aguascalientes II (Oventic), Aguascalientes III (La

⁸ COCOPA: Comissão de Concórdia e Pacificação.

Garrucha), Aguascalientes IV (Morelia) e Aguascalientes V (Roberto Barrios). Esses pequenos estados regionais agrupados por alguns municípios foram criados para serem os centros civis do movimento, com o objetivo de garantir a organização da autonomia dos territórios. A partir de 2003, eles passam a ser chamados de Caracóis.

O processo de autonomia regional que os zapatistas começaram a construir com os Caracóis está se realizando explicitamente na contracorrente de qualquer marco legal no México, e sua legitimação está baseada nos conteúdos dos Acordos de San Andrés e no apoio constante que a sociedade civil nacional e internacional depositou no EZLN. Este processo implicou em uma curiosa redefinição de sua estratégia de luta, pois ratificou: a via política como caminho; a resistência/insistência como sua principal forma de luta, ainda que somente nos últimos anos se consolidou o rechaço total a qualquer negociação com o Estado mexicano; a instauração de autogovernos como uma forma de organização social inovadora aplicando, pelas vias de fato, seu projeto de autonomia; e a centralidade da via civil para o impulsionamento de mudanças sociais (BRANCALEONE, 2019, p. 411).

Dessa forma, o processo visava uma maneira de reposição das políticas públicas dentro dos territórios. Nas cinco zonas autônomas (Caracóis), as autoridades oficiais foram substituídas pelas “Juntas de Bom Governo”, controladas e supervisionadas pela Comissão Clandestina Revolucionária Indígena (CCRI) do EZLN, que passaram a implementar alguns projetos nas áreas da saúde, da educação e na produção de alimentos, essenciais para a vida nas comunidades. Com seus membros eleitos em assembleias onde todos os maiores de 15 anos têm direito a voto, as Juntas de Bom Governo passam a tomar as decisões mais importantes. Elas decidem, por exemplo, o que será consumido e o que será comercializado. Quase tudo que é produzido nos territórios é para consumo próprio. O que sobra passa a ser dividido entre as famílias ou disponibilizado para a comercialização. A divisão do trabalho é decidida por todos e os meios de produção pertencem ao coletivo. As Juntas acabaram se tornando um símbolo da democratização zapatista. A Junta de Morelia, situada numa área com 700 hectares a 1.200 metros de altitude e com sete mil habitantes – é a menos povoada das zonas zapatistas –, retrata muito bem a situação:

Há um coletivo por setor de produção, da rádio ao artesanato têxtil, passando pela apicultura. Com 140 cabeças de gado e 10 hectares de plantações de milho (milpas), a zona conquistou a autossuficiência alimentar graças a seus pomares, granjas, 5 hectares de café e suas padarias cooperativas. Os excedentes são vendidos aos não zapatistas da região, os “partidistas”, que vivem de subsídios do Partido Revolucionário

Institucional (PRI), que está atualmente no poder e subsidia alguns vilarejos em troca de trabalho (CUSSET, 2017).

No fundo, o que sempre se buscou foi o exercício concreto da autodeterminação, estruturado como um sistema de autogestão e controle territorial.

Para os zapatistas, a infringência da lei dentro dos Caracóis passou a ser tratada de maneira diferente do convencional, de tal modo que ao invés de ser aplicada uma pena de prisão estabelecida em um código penal de acordo com a infração cometida, é dada preferência a utilização de uma sanção moral e coletiva visando a reeducação do indivíduo, conforme explica o comandante Tacho:

Quando alguém comete um crime, a primeira coisa que a autoridade institucional faz é colocá-lo na prisão. Lá está por dias ou anos. O que se faz em um município que não é institucional é dizer a ele: "Dependendo do crime ele vai pagar a pena". (Além disso) trabalhará em benefício do município onde cometeu o crime ou, nesse caso, no município. Essas são as diferenças. Não se admite que o pagamento do crime cometido seja de 5.000 pesos. Isso seria barato. Conosco isso não existe. Queremos que ele aprenda, a não fazer de novo, a reconhecer que o que fez está afetando e que foi errado. (O julgamento público) é o cotidiano dos povos indígenas. Aprendemos isso há muitos anos. É o meio de governar (que existe) nas mesmas cidades. Aprendemos o respeito que deve ser dado ao ser humano e aquele que também deve ser recebido. É isso que nos permite viver em comunidade, viver como cidade onde está planejado (ENLACE ZAPATISTA, 2001).

Assim, o diálogo e o aprendizado são vistos como essenciais na manutenção da disciplina nos territórios e que a função da justiça é de reparação em primeiro lugar, partindo para punição num segundo momento. Isso contribui para uma forma de organização que possibilita às pessoas decidirem sobre tudo o que afeta diretamente suas vidas. Um sistema visto por eles como mais justo e que acabou resultando na diminuição dos índices de violência em toda região nos últimos vinte anos.

"Refletir sobre a autonomia levou os zapatistas a reconsiderarem o fato de concentrar sua luta em busca dela. Eles pensaram que esta poderia ser a ponta de lança para conseguir o resto das demandas" (ZAVALETA *et al*, 2016, p. 14). A falta da prestação de serviços considerados básicos pelo Estado fez com que o EZLN disponibilizasse significativo esforço para criar e desenvolver um conjunto de atividades com a intenção de suprir determinadas necessidades primárias das populações indígenas. Nesse sentido foi criado o Sistema de Saúde Autônomo Zapatista (SSAZ), formado por promotores de saúde oriundos da própria comunidade, com formação baseada em cursos e encontros periódicos e que muitas vezes

contavam com o auxílio da sociedade civil e do trabalho voluntário das pessoas que vinham de várias partes do mundo.

Nas Juntas também se organizam comissões internas temáticas (educação, saúde, justiça, questões agrárias, direitos humanos, cultura, comunicação, etc.), e muitos zapatistas quando atuam nessas funções recebem uma formação especial por parte dos membros do EZLN, além da fundamental contribuição nessas esferas por parte de ativistas da sociedade civil (nacional e internacional) que se dedicam a projetos de capacitação e aprimoramento. Atualmente, muitas comissões já são capazes de conduzir a formação de seus próprios quadros. Para a realização de todas essas atividades, os Caracóis possuem uma significativa estrutura física com prédios, escritórios, clínicas, escolas, espaços para assembleias e reuniões, quadras desportivas (especialmente de basquete, uma espécie de paixão local), tudo construído pelos próprios indígenas através do trabalho colaborativo com ajuda da sociedade civil (BRANCALEONE, 2019, p. 327).

Os caracóis conseguiram construir à revelia do estado estruturas autossuficientes em vários setores. Com destaque principalmente nas áreas da educação e da saúde, mas alcançando também outras vias importantes, inclusive até criando bancos autônomos⁹ que possibilitavam empréstimos dentro dos territórios rebeldes. De acordo com Brancaleone (2019, p. 352), *La Guadalupana*, em Oventik, é uma das clínicas zapatistas mais organizadas de Chiapas, com médicos voluntários e até uma ambulância para o transporte dos doentes mais graves. Através desses projetos conseguiam proporcionar serviços básicos para a população, que até então eram precários e até negligenciados pelo governo oficial.

A educação também começa a receber atenção especial e passa a exercer papel fundamental nesse universo autônomo e revolucionário. Nesse momento o processo educacional zapatista começa a caminhar a passos largos para o rompimento com a chamada escola institucional mexicana, que por estar inserida em uma sociedade burguesa, acaba por transmitir valores das classes dominantes, exatamente o oposto do pensamento zapatista. Para começar é importante voltar na história para compreender que isso não é apenas criação do Estado. Na sociedade europeia feudal a educação era passada pela Igreja, a qual exercia um poder de coerção sobre as pessoas. Com o crescimento do capitalismo a sociedade feudal começa a dar sinais de enfraquecimento e alguns serviços públicos passam a ser oferecidos pelo Estado e não mais pela Igreja. Esse papel dominante antes exercido

⁹ Banco Popular Autônomo Zapatista (BANPAZ) e Banco Autônomo de Mujeres Zapatistas (BANAMAZ)

pela Igreja, passa para as mãos do Estado que começa a usar sua força na manutenção do *status quo*. Quando o Estado também falha na disponibilização dessas possibilidades de ensino, surgem as escolas que se encontram fora do contexto tradicional. Conforme afirmou Paulo Freire, educar é um ato político. Se existe educação das classes dominantes, existe também das classes subalternas. Uma educação libertadora direcionada a não-alienação do indivíduo, capaz de proporcionar diferentes visões daquelas impostas pelas tradicionais.

A educação autônoma visa a aumentar entre os jovens a consciência de sua realidade social, econômica e política, a partir de sua experiência como rebeldes zapatistas: por que eles estão lutando, o que é a luta zapatista, o que é a justiça, o que é o companheirismo. Os jovens aprendem a autonomia zapatista na prática de sala de aula, que reside essencialmente na liberdade pedagógica assumida pelos promotores (ZAVALETA *et al.*, 2016, p. 1

Essa educação “diferente e libertadora” passa a ser trabalhada nas localidades ocupadas pelos zapatistas, decidindo coletivamente o tipo de sujeito que desejam formar e conduzindo o processo educativo de uma maneira participativa e intercultural, alternando teoria e prática. Numa comparação com o sistema de saúde, o Sistema de Educação Rebelde Autônomo Zapatista (SERAZ), encontra-se em um estágio mais avançado, principalmente por depender menos de estruturas externas. Dentro desse processo educacional, os anos iniciais apresentam um maior desenvolvimento com a alfabetização bilíngue e as operações matemáticas elementares, inclusive contando com o material didático utilizado pelos estudantes elaborado pelos próprios zapatistas. O segundo nível (o que chamamos de ensino médio) direcionado às crianças de 12 e 13 anos, são chamados de Centros Culturais de Educação Tecnológica Autônoma Zapatista (CCETAZ), e funcionam em regime de semi-internato. Esses centros são coordenados por promotores e membros escolhidos pelas comissões de educação e vieram ampliar o alcance do ensino para a parcela jovem da população.

(...) organizando-se em grandes áreas divididas ao longo de seis semestres (três anos): matemáticas (pois inclui operações maias), vida e meio ambiente, geografia, história, línguas (materna e castelhano), culturas indígenas, orientação educacional e “integração”. Essa última, orientada a promover a discussão e reflexão com os alunos sobre o significado das principais demandas zapatistas (terra, saúde, alimentação, educação, democracia, justiça e liberdade), tem como objetivo socializar os estudantes “na luta”, fomentando uma espécie de civismo zapatista para o exercício da autonomia e do autogoverno (BRANCALEONE, 2019, p. 355).

Dessa forma visavam um processo educativo alternativo do praticado nas escolas tradicionais e, ao mesmo tempo que fortaleciam a importância da preservação das culturas indígenas, mantinham vivos os valores revolucionários. A avaliação dos estudantes é realizada em conjunto pelo promotor e pela comunidade e conta com a participação dos pais. Muitos desses promotores e pais conheceram de perto a educação que o governo disponibilizava através dos professores rurais vindos de cidades vizinhas.

De acordo com Brancaleone (2019), eles utilizavam reiteradamente a prática do castigo corporal, humilhando os estudantes, mostrando desrespeito pela cultura indígena e ainda estimulavam a abandonarem suas comunidades. Apesar dessas situações, os rebeldes acabaram por permitir que mesmo os que não eram de famílias zapatistas pudessem frequentar as escolas da comunidade, proporcionando com isso a primeira oportunidade de escolarização para eles.

Por volta de 2001, em Oaxaca, surge a Universidad de La Tierra. Criada por um conjunto de organizações civis indígenas e não-indígenas, com uma proposta educacional autônoma muito identificada com os ideais zapatistas. Proposta essa fundamentada nas relações sociais livremente construídas, na liberdade de aprendizagem, no diálogo intercultural e na regeneração da comunidade. Lá são ministradas disciplinas como Direito Agrário, Geografia, Agricultura Urbana, entre outras. O campus universitário leva o nome em homenagem ao pensador austríaco Ivan Illich, autor do livro “Sociedade sem escolas” (1971), no qual critica o sistema educacional das sociedades contemporâneas.

As construções são bem simples, de madeira, e nas paredes das salas a imagem do líder indiano Mahatma Gandhi figura ao lado de pinturas dos encapuzados revolucionários zapatistas como decoração do ambiente. A manutenção é feita de maneira coletiva, por voluntários da própria comunidade. Como o sistema é flexível e a universidade encontra-se sempre aberta, o estudante pode vir por quinze dias, um mês, três meses, dependendo do interesse e da disponibilidade de tempo.

Existem alguns pontos positivos nesse processo, mas dois podem ser considerados os diferenciais do movimento zapatista: sua estrutura horizontal sem hierarquias e com grande rotatividade de cadeiras do seu governo; e sua assembleia comunitária, considerada o eixo de organização da vida política e social do governo zapatista. A participação direta de todos no processo revolucionário, principalmente por parte das mulheres, retrata um respeito muito grande por todos. As mulheres

sempre tiveram espaço para exercer liderança e autoridade, visto que elas ocupam 47% das 100 cadeiras zapatistas integrantes do CCRI – instância superior do EZLN. Conforme conta o Comandante Tacho, “quando o zapatismo chega às aldeias, começa, por exemplo, a fazer participar as companheiras mulheres. Antes de nós, elas não tomavam parte nas decisões” (LE BOT, 1997, p. 168). Desde o início as mulheres desempenham papel importante no processo revolucionário. Exemplo disso foi a criação da Lei Revolucionária das Mulheres, que vigora nos territórios rebeldes desde 1994 até os dias de hoje. No zapatismo elas descobriram que os papéis não são distribuídos por sexo, e sim por competência, habilidade e experiência. Algumas lideranças femininas se destacaram dentro do EZLN. Segundo Rebelo e Guerra (2017, p. 5),

A Comandanta Ramona também foi uma das principais lideranças na coordenação estratégica do levante armado de 1994, quando o EZLN tomou de assalto cinco sedes municipais do estado de Chiapas. Além disso, participou ativamente das mesas de negociação com o governo mexicano nos Diálogos de San Andrés¹⁰ e liderou a caravana zapatista que alcançou a Cidade do México em 1996.

Além da parte tipicamente revolucionária e combatente, a forte participação feminina também está presente em todas as instâncias comunitárias da organização política autônoma zapatista.

Desde seu início, o movimento zapatista caracterizou-se por não lutar pelo poder e, sempre amparado no lema “mandar obedecendo”, buscou construir espaços paralelos ao Estado oficial. Certamente uma das dimensões mais importantes dessa articulação de indivíduos e organizações simpatizantes foi a concretização dos inúmeros projetos e ações nas comunidades indígenas:

Chiapas se converteria na nova Meca da esquerda anticapitalista internacional, e é de fato impressionante como esse verdadeiro fenômeno de sinergia possibilitou (e ainda possibilita, mesmo que em escala mais reduzida) parte significativa das condições materiais para o exercício da autonomia indígena e do autogoverno zapatista nos formatos que foram assumindo ulteriormente (BRANCALEONE, 2019, p. 365).

O zapatismo também passou a ser visto como inspiração para movimentos que viriam a surgir depois, que apesar de todas as dificuldades, conseguiu se

¹⁰ Reuniões entre o EZLN e o governo mexicano na cidade de San Andrés de Larráinzar, que resultou em acordos sobre direitos e cultura indígenas firmados em 1996, não cumpridos pelo governo até os dias de hoje.

manter firme, atuante e combatente, mantendo suas bases revolucionárias consolidadas na nova geração nascida após a revolução de 1994. Segundo Cusset (2017), “a aventura zapatista é a mais importante experiência de autogoverno coletivo da história moderna”.

O zapatismo, desde seu início, sempre procurou alicerçar-se nos processos coletivos. Em 1996, passados apenas dois anos do levante zapatista, o subcomandante Marcos comenta:

Penso que Marcos tem de morrer, Marcos o personagem: não sei quando, mas tem de ser. Se permanecer vivo terá de transformar-se noutra coisa completamente diferente, terá de confrontar-se com o personagem e decidir. Mais que isso; as comunidades, os companheiros, terão de ajudá-lo a decidir. Se fosse possível, quando chegasse esse momento, gostaria de voltar à vida da comunidade. Não parece que seja possível voltar à vida que tinha antes de ir para a montanha, mas gostaria de reencontrar o anonimato, pelo menos a vida quotidiana que tinha antes de 1994. Um contacto mais direto com as pessoas sem todo esse jogo de símbolos e tudo que ele implica. E fazer o que fazia antes: escrever, conversar, aprender. Mas, voltar para cidade, não; creio que isso seria impossível (LE BOT, 1997, p. 202).

Já nos anos 2000, um comunicado pega todos de surpresa: Marcos anuncia que o subcomandante Marcos havia morrido. A partir de agora passaria a se chamar Galeano – numa bonita homenagem a um indígena morto em combate com inimigos –, passando o posto de subcomandante ao indígena Moisés. Através desse ato simbólico, Marcos acabou retratando muito bem a ideia descentralizada, autônoma e despersonalizada que os zapatistas tinham do poder.

3. METODOLOGIA

Com a intenção de mostrar o processo revolucionário zapatista e suas transformações nas comunidades indígenas, foi utilizado nesse trabalho o método de pesquisa explicativa mediante um estudo partindo de uma revisão bibliográfica de autores e sociólogos da área, principalmente nas obras de Yvon Le Bot e de Cassio Brancalone. Importante salientar que o rol de autores tende a aumentar na medida em que o trabalho se desenvolve, amparando-se também em uma pesquisa documental e de caráter quantitativo-qualitativo em artigos, sites e jornais on-line, como parte do processo de construção para uma análise, realizando um cruzamento dos dados pesquisados.

O conhecimento, o modo de compreender a realidade, muda de acordo com a época, à medida que coloca em dúvida o conceito de verdade estabelecido. Quando conhecemos um fato, sempre nos perguntamos se ele corresponde ou não à realidade. Assim, a verdade é uma construção histórica, e o ser humano foi dando fundamentos a essa verdade de acordo com sua vivência, seus conhecimentos e suas crenças "CORDEIRO, G. R., MOLINA, N. L., (DIAS, V. F., 2014, P. 23).

Mesmo sabedor de que as opiniões possam divergir sobre o tema, basicamente o que se pretende é despertar o senso crítico e a capacidade de análise do leitor diante de processos de compreensões complexas como esse. É importante ressaltar: "É a partir de problematizações que um projeto de pesquisa se inicia. A atividade de pensar/construir a realidade implica interrogar o que se encontra instituído historicamente" (ARAGÃO, E. M.; BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, S. P., 2005, p. 19).

Em resumo, partindo das insatisfações dessas comunidades indígenas perante os graves problemas sociais enfrentados até chegar nas transformações alcançadas através do processo revolucionário, que a pesquisa pretende proporcionar a reflexão e estimular novas leituras acerca dos acontecimentos.

4, CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a construção da história acontece não apenas pelos movimentos das elites, mas também – e principalmente –, pelos movimentos populares no combate aos problemas dos povos oprimidos. Quando pensamos e almejamos uma solidariedade universal capaz de transformar o modelo de sociedade atual elaborado e praticado pelas classes dominantes, devemos atentar para os riscos e consequências que isso acompanha e analisar quem são aqueles que podem contribuir no processo e como materializar diretamente essas demandas na luta contra o neoliberalismo instituído.

O esforço zapatista nos sugere uma alternativa, se é que podemos chamar assim, de como as transformações causaram mudanças estruturais impactantes, demonstrando que talvez seja possível mudar a situação de subalternidade imposta historicamente pelas elites na construção de uma sociedade com bases sólidas de democracia e justiça social. As lutas anticapitalistas também despertam o interesse na maneira de atuação por parte das organizações tradicionais de esquerda e suas relações com os personagens inseridos no contexto.

A intenção não é causar polêmica com o tema desenvolvido, mas sim de instigar a reflexão a respeito de algo que possa funcionar de maneira alternativa do contexto atual onde o interesse coletivo sobreponha-se ao interesse individual.

O processo autônomo zapatista nos proporciona algo diferente e o desafio passa, por certo, em como acompanhar, articular e desenvolver a construção de alternativas de um processo transformador que se oponha a dominação existente.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M.; BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, P. O. **Falando de metodologia e pesquisa.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200003>. Acesso em: 27 out. 2020.

BRANCALEONE, Cassio. **Teoria social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista.** 2 ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

CORDEIRO, G. R., MOLINA, N. L., DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos.** 2 ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

CUSSET, François. Em Chiapas, a revolução continua. **Le Monde Diplomatique**, 3 ago. 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/em-chiapas-a-revolucao-continua/>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Chiapas. **Enciclopédia Latinoamericana**, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/chiapas>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

FORÇAS de Libertação Nacional (FLN), o embrião do Exército Zapatista de Libertação Nacional. **Almanaque dos conflitos**, 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://almanaquedosconflitos.wordpress.com/2018/02/22/forcas-de-libertacao-nacional-fln-o-embriao-do-exercito-zapatista-de-libertacao-nacional/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

HILSENBECK FILHO, Alexander. **Literatura e resistência: a palavra armada zapatista.** Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp->

[content/uploads/2015/08/Literatura-e-resit%C3%Aancia.pdf](#)>. Acesso em: 29 set. 2020.

IVAN ILLICH. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Wikimedia, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivan_Illich>. Acesso em: 04 nov. 2020.

LE BOT, Yvon. **O Sonho zapatista**. 1 ed. Porto, PORTUGAL: Edições Asa, 1997.

LOAEZA, Guadalupe. Entrevista de Loaeza com o Comandante Tacho. **Enlace Zapatista**, 2001. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/11/comandante-tacho-entrevista-con-guadalupe-loaeza/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

REBELO, F., GUERRA, L. A. **Participação política das mulheres zapatistas: desafios e resistências**. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/15333/13632>>. Acesso em: 17 out, 2020.

SPINELLI, Lucas Gebara. **A violência e a luta pela autonomia em Chiapas: reflexões sobre a hegemonia, coerção e consenso no movimento zapatista**, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/lucas.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ZAVALETA, F. R. A., *et al.* A proposta educativa nas comunidades zapatista: autonomia e rebeldia. **Desidades**, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822016000400002>. Acesso em: 29 set. 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas

Lei Revolucionária da Mulher - 1993

Em sua justa luta pela libertação de nosso povo, o EZLN incorpora as mulheres à luta revolucionária, independentemente de sua raça, credo, cor ou filiação política, com a única exigência de respaldar as demandas dos explorados e seu compromisso de cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos da revolução. Além disso, levando em consideração a situação das mulheres trabalhadoras no México, suas justas demandas por igualdade e justiça estão incorporadas na seguinte LEI REVOLUCIONÁRIA PARA MULHERES:

Primeiro - As mulheres, independentemente da raça, credo, cor ou filiação política, têm o direito de participar na luta revolucionária no lugar e grau que a sua vontade e capacidade determinarem.

Segundo - As mulheres têm o direito de trabalhar e receber um salário justo.

Terceiro - As mulheres têm o direito de decidir o número de filhos que podem ter e cuidar.

Quarto - As mulheres têm o direito de participar nos assuntos da comunidade e ocupar cargos se forem eleitas livre e democraticamente.

Quinto - As mulheres e seus filhos têm direito aos ATENDIMENTOS PRIMÁRIOS em sua saúde e nutrição.

Sexto - As mulheres têm direito à educação.

Sétimo - As mulheres têm o direito de escolher o seu companheiro e de não serem forçadas a casar.

Oitavo - Nenhuma mulher pode ser espancada ou maltratada fisicamente por parentes ou estranhos. Os crimes de tentativa de estupro ou estupro serão severamente punidos.

Nono - As mulheres podem ocupar cargos de direção na organização e ter patentes militares nas forças armadas revolucionárias.

Décimo - As mulheres terão todos os direitos e obrigações estabelecidas pelas leis e regulamentos revolucionários.

Fonte: *Enlace Zapatista (tradução do espanhol para o português do próprio site).*

ANEXO 2 - Primeira Declaração da Selva Lacandona

HOJE DECIDIMOS. BASTA!

Janeiro de 1994

Ao povo do México

IRMÃOS MEXICANOS

Somos produto de 5000 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e

quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, ser ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos.

Porém, nós hoje dizemos BASTA! Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos, somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos para que se somem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais de da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, são os mesmos que se opuseram à expropriação petroleira, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e aos estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo.

Para evitá-los, e como nossa última esperança, depois de ter tentado tudo para pôr em prática a legalidade baseada em nossa Carta Magna, recorreremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o Artigo 39 que diz: "A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. O povo tem, todo o tempo, o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo."

Portanto, de acordo com nossa Constituição, emitimos a presente declaração de guerra ao exército federal mexicano, pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como seu chefe máximo e ilegítimo.

Em conformidade com esta declaração de guerra, pedimos aos outros poderes da nação que restaurem a legalidade e a estabilidade da Nação, depondo o ditador.

Também pedimos aos organismos internacionais e a Cruz Vermelha Internacional que vigiem e regulem os combates que nossas forças travam, protegendo a população civil, pois nós declaramos, agora e sempre, que estamos sujeitos ao estipulado pelas Leis sobre a Guerra da Convenção de Genebra, constituindo o EZLN como força beligerante de nossa luta de libertação. Temos o povo mexicano do nosso lado, temos Pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes; utilizamos as cores vermelho e negro em nosso uniforme, símbolos do povo trabalhador em suas lutas de greve; nossa bandeira leva as letras EZLN, de Exército Zapatista de Libertação Nacional, e com ela iremos aos combates sempre.

Rechamos de antemão qualquer intento de desvirtuar a justa causa de nossa luta, acusando-a de narcotráfico, narcoguerrilha, bandidagem ou outro qualificativo que possam usar nossos inimigos. Nossa luta se apegua ao direito constitucional e é motivada pela justiça e pela igualdade.

Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN, as seguintes ordens:

Primeiro: Avançar em direção à capital do país, vencendo o exército mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

Segundo: Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional.

Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido curso e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro de nossa nação ou fora dela, acusados de traição à Pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo.

Quarto: Formar novas filas com todos aqueles mexicanos que manifestem somar-se à nossa justa luta, incluindo aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem às nossas forças sem combater e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Quinto: Pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de travar os combates.

Sexto: Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN.

Povo do México: Nós, homens e mulheres íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos é uma medida extrema, porém justa. Os ditadores estão aplicando há muitos anos uma guerra genocida não declarada contra nossos povos. Por isso pedimos sua participação decidida, apoiando este plano do povo mexicano que luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Declaramos a intenção de não deixar de lutar até conseguirmos o cumprimento destas demandas básicas de nosso povo, formando um governo livre e democrático em nosso país

INTEGRE-SE ÀS FORÇAS INSURGENTES DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Comando Geral do EZLN

EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERAÇÃO NACIONAL

Fonte: *Enlace Zapatista (tradução do espanhol para o português do próprio site).*

<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>